

**Impactos Causados Pela Adoção Do CPC 29/IFRS 41 Sobre Os Indicadores Financeiros:
Uma Análise na JBS e Marfrig**

**Impacts Caused by the Adoption of CPC 29/IFRS 41 on Financial Indexes: An Analysis
at JBS and Marfrig**

Mauro Laverde Filho¹
Daniel Ramos Nogueira²

RESUMO

Com a aderência do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade, ocorreram alterações relevantes no reconhecimento e mensuração dos ativos. Dentre essas alterações, destaca-se a implementação do CPC 29, correlacionado à IAS 41 (IASB), que determina que os ativos biológicos devem ser mensurados pelo valor justo, diferindo assim da abordagem anterior que era pelo método de custo. Ciente dessa alteração, o objetivo desta investigação foi o de verificar as variações ocorridas nos indicadores financeiros das empresas JBS S.A e Marfrig Global Foods S.A., calculadas com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2009 e publicadas em normas distintas (BRGAAP e IFRS/CPC 29). Para tanto, foram calculados os indicadores de Liquidez, Estrutura e Rentabilidade antes e depois da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e, posteriormente, foram apuradas as variações. A amostra é composta por duas empresas do segmento alimentício e proteína animal, listadas na BM&FBOVESPA, possuem ativos biológicos, sendo elas, JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A. A metodologia utilizada combina pesquisa documental e descritiva. Os achados da pesquisa indicam que a implementação das normas internacionais de contabilidade, nesse caso com relação ao CPC 29, provocou variações significativas em muitos dos indicadores financeiros calculados; porém, os indicadores de cada empresa não variaram da mesma forma, mostrando assim não existir um padrão para as variações provocadas pelas normas internacionais.

Palavras-chave: Ativos Biológicos. Indicadores Financeiros. IFRS.

ABSTRACT

With the adhesion of Brazil to international patterns of accounting, there have been relevant alterations in the recognition and measurement of assets. Among these alterations, we can enhance the implementation of CPC 29, correlated to IAS 41 (IASB) which determines that biological assets must be measured by fair value, thus differing from the previous approach, the cost method. Aware of this alteration, the goal of this research was verify the variations that occurred in financial indexes of the companies JBS S.A. and Marfrig Global Foods S.A., calculated by financial demonstrations of the financial year 2009, and published in different standards (BRGAAP and IFRS/CPC 29). Therefore, we calculated indexes of liquidity, structure, and profitability, before and after the adoption of international standards of

¹ Pós-graduando em Perícia Contábil e Auditoria (UEL) e Bacharel em Ciências Contábeis (UEL).
m_laverde@hotmail.com

² Docente Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutor em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). Site: www.danielnogueira.com.br e-mail: danielrnog@hotmail.com

accounting (IFRS), and after that, variations were investigated. The sample consists of two food and animal protein companies, listed at BM&FBOVESPA, which have biological assets, among them, JBS S.A. and Marfrig Global Foods S.A. The chosen methodology combines documental and descriptive research. The findings of the research indicate that the implementation of international standards of accounting, in this case concerning to CPC 29, induced significant variations in many financial indexes calculated; however, the indexes of each company did not vary the same way, showing then there is no pattern to the variations induced by international standards.

Keywords: Biological Assets. Financial Indexes. IFRS.

1 INTRODUÇÃO

Com a aderência do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade, ocorreram alterações relevantes no reconhecimento e mensuração dos ativos, pois as normas brasileiras vigentes até então divergiam em muitos aspectos das normas internacionais (IFRS). Para colaborar com este processo de convergência, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável por traduzir as normas internacionais (IFRS), ajustá-las à realidade brasileira, quando preciso, e emitir os pronunciamentos técnicos.

Os pronunciamentos do CPC em si não têm força de lei; dessa maneira, para que as empresas sejam obrigadas a atendê-los, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acatam os pronunciamentos emitidos e publicam na forma de normas ou instruções, tornando, portanto, obrigatória sua adoção para as companhias brasileiras.

As alterações com a implantação das normas internacionais ocorreram em diversos itens do ativo, sendo algumas bem específicas, como é o caso do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o qual tem suas particularidades por tratar apenas de animais e plantas vivas. Uma das principais alterações ocorridas por sua adoção foi em relação à contabilização, a qual passou a mensurar os ativos biológicos a valor justo menos as despesas com vendas, diferente da abordagem até então utilizada que era pelo método de custo.

Dessa maneira, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: a introdução das normas internacionais de contabilidade e consequente adoção do CPC 29 pelas empresas JBS S.A e Marfrig Global Foods S.A. provocaram variações significativas em seus indicadores financeiros?

O objetivo deste estudo consistiu em verificar se houve variações significativas nos indicadores financeiros das empresas JBS S.A e Marfrig Global Foods S.A., calculados com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2009, apuradas em normas diferentes (Legislação Societária ou BRGAAP e IFRS).

A presente pesquisa justifica-se, uma vez que a implantação das normas internacionais de contabilidade trouxe alterações relevantes nos procedimentos contábeis, alterando formas e momentos de reconhecimentos de ganhos no resultado, impactando, assim, em indicadores de rentabilidade, liquidez e estrutura. Nesse contexto, verificar se estes impactos são relevantes torna-se importante do ponto de vista de análise das demonstrações contábeis.

O presente artigo está dividido em cinco partes, sendo esta primeira a introdução, seguida do referencial teórico, em que será abordado o conceito de ativo biológico, a forma como estes devem ser mensurados e reconhecidos e indicadores financeiros, além de evidenciar algumas pesquisas realizadas recentemente relacionadas a este assunto. Na seção 3, apresenta-se o procedimento metodológico adotado. Na seção 4, é apresentada a análise dos resultados encontrados e, por fim, a seção 5 contempla as considerações finais, limitações e ideias para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos foram um dos grupos a sofrerem significativas modificações com a adoção das normas *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Devido à particularidade dessa classe de ativos, fez-se necessária a criação de um pronunciamento para tratar dos eventos que os envolve. A particularidade está relacionada ao gerenciamento de animal ou planta vivos, pois ambos são suscetíveis a diversas variáveis como clima, doenças, dentre outras. O pronunciamento criado foi o CPC 29 – Ativo Biológico e Produtos Agrícola, baseado no *International Accounting Standards* (IAS 41) (BRITO; AMBROZINI, 2013).

De acordo com o CPC 29 (CPC, 2009), o qual está correlacionado com o IAS 41, ativos biológicos são animais ou plantas vivas, desde o nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita, quando passam a ser estoques de produtos agrícolas e, conseqüentemente, passam a ser tratados pelo CPC 16 – Estoques.

Quadro 1- Ativos biológicos, produto agrícola e produtos do processamento após a colheita

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta processada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009, p. 3).

Os ativos biológicos podem ser separados em consumíveis e de produção ou, ainda, em maduros e imaturos. De acordo com o CPC 29 (CPC, 2009), são ativos biológicos consumíveis aqueles passíveis de serem colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos, podendo citar-se como exemplos os rebanhos de animais mantidos para a produção de carne, rebanhos mantidos para a venda, produção de peixe e plantações de milho e trigo. Já ativos biológicos para produção são aqueles mantidos para gerar produto agrícola, a exemplo de rebanhos de animais para a produção de leite e árvores frutíferas, das quais é colhido o fruto. Para a segunda classificação, como maduros ou imaturos, os primeiros são aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou estão aptos para sustentar colheitas regulares (ativos biológicos de produção), e os imaturos os que não alcançaram condições de serem colhidos.

Com relação ao reconhecimento dos ativos biológicos como ativo, o CPC 29 (CPC, 2009, p. 5) destaca que:

A entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando, e somente quando: (a) controla o ativo como resultado de eventos passados; (b) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e (c) o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

De acordo com o CPC 29 e IAS 41, é exigida a mensuração dos ativos biológicos pelo valor justo menos custos de venda, desde o reconhecimento inicial dos ativos biológicos até o momento da colheita, exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável no reconhecimento inicial.

Em 2012 foi aprovado o pronunciamento CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC, 2012), elaborado a partir do IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, no qual se pode observar que:

Este pronunciamento define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (CPC, 2012, p. 3).

2.2 INDICADORES CONTÁBEIS

Segundo Savytzky (2006), a simples leitura do balanço apresenta uma ideia geral da composição patrimonial da empresa, no entanto, quando se deseja conhecer o estado patrimonial financeiro e residual da empresa, as modificações ocorridas, suas causas e, ainda, projeções que possam ser feitas, fazem-se necessárias análises de balanço, as quais consistem no exame isolado das contas e na comparação de grupos de contas entre si ou em relação ao todo.

Os índices são divididos em dois aspectos, os que evidenciam a situação financeira, em índices de estrutura de capitais e índices de liquidez, e os que evidenciam a situação econômica da empresa, os índices de rentabilidade (MATARAZZO, 2007).

2.2.1 Indicadores de liquidez

É de fundamental importância a correta apuração e interpretação dos índices de liquidez, pois estes medem a capacidade da empresa de pagamento em determinados prazos. É basilar que a empresa conte com recursos financeiros suficientes para saldar seus compromissos em dia, sob pena de, em casos extremos, entrar em estado de insolvência (SAVYTZKY, 2006).

Segundo Matarazzo (2007), os índices de liquidez procuram medir quão sólida é a base financeira de uma empresa. A empresa que possui bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas; porém, isso não significa necessariamente que ela pagará suas dívidas em dia, em função de outras variáveis.

2.2.1.1 Liquidez seca

Este indicador mostra a habilidade da empresa em cumprir com suas obrigações de curto prazo, sem a necessidade de converter estoques em caixa. Os estoques podem ser de

giro lento, ou obsoletos, logo, eles são retirados do ativo circulante para o cálculo de liquidez seca (BLATT, 2001).

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.2.1.2 Liquidez corrente

Segundo Savytzky (2006), este índice refere-se à liquidez de curto prazo e determina-se pela comparação entre o ativo circulante e o passivo circulante. Tal índice indica quanto, em direitos de curto prazo, a empresa possui para fazer frente a dívidas a serem honradas também em curto prazo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.2.1.3 Liquidez geral

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 129):

O Índice de Liquidez Geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo (ativo circulante + realizável a longo prazo) para cada real de dívidas de curto e longo prazo (passivo circulante + passivo não circulante). [...] considera tudo o que ela converterá em dinheiro (no curto e longo prazo), relacionando com todas as dívidas assumidas (de curto e longo prazo).

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

2.2.3 Indicadores de Rentabilidade

Este grupo é composto por índices que mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa (MATARAZZO, 2007).

De acordo com Iudícibus (2007), de maneira geral, o lucro de um empreendimento deve ser relacionado com algum valor que expresse a dimensão relativa do lucro, para assim se analisar quão bom foi o resultado de uma empresa em determinado período.

2.2.3.1 Giro do ativo

Este índice revela a capacidade que a empresa tem de gerar vendas a partir de sua base de ativos, ou seja, indica a eficiência geral de uma empresa. Segundo Matarazzo (2007), o sucesso de uma empresa depende em primeiro lugar de um volume de vendas adequado.

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

2.2.3.2 Margem líquida

Este coeficiente mostra a porcentagem de lucro líquido apurada pela empresa em relação às vendas líquidas realizadas, ou seja, evidencia o desempenho da empresa ao controlar custos em relação aos níveis de vendas (BLATT, 2001).

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

2.2.3.3 Rentabilidade do ativo

Este índice mede o potencial de geração de lucro por parte da empresa, em reação a todos os ativos.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$$

2.2.3.4 Rentabilidade do capital próprio

Por meio deste índice, pode-se verificar a remuneração do investimento dos sócios acionistas. Ele mede a taxa de retorno ganha nos investimentos dos proprietários na empresa (BLATT, 2001).

Este índice pode ser comparado com outras taxas de rendimentos alternativos no mercado, como caderneta de poupança, CDBs, ações, fundos de investimentos, dentre outras. Dessa forma, a empresa pode avaliar se está obtendo um rendimento superior ou inferior às opções encontradas no mercado (MATARAZZO, 2007).

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

Destaca-se que o Patrimônio Líquido (PL) médio é obtido calculando-se a média entre o saldo de PL inicial e final do período em análise.

2.2.4 Indicadores de estrutura de capital

Este índice é utilizado para avaliar o nível de endividamento da empresa, além de revelar se a empresa possui mais recursos de terceiros - e se os recursos de terceiros têm vencimento em maior parte a Curto Prazo (Passivo Circulante) ou, a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo) ou se a empresa possui mais recursos dos proprietários (BLATT, 2001).

2.2.4.1 Participação de capitais de terceiros (endividamento)

Este índice relaciona as duas grandes fontes de recursos da empresa que são Capitais Próprios e Capitais de Terceiros, mostrando a proporção entre eles.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

2.2.4.2 Composição do endividamento

Indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

2.2.4.3 Imobilização do patrimônio líquido

Este índice revela qual porcentagem do patrimônio líquido ou dos recursos próprios está investida no ativo permanente. Quanto maior for o resultante desse índice, menos do capital próprio está sendo investido no giro da empresa (BLATT, 2001).

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

2.2.4.4 Imobilização dos recursos não correntes

Este item indica a relação percentual dos recursos próprios e do exigível a longo prazo que foram aplicados no ativo permanente e entende-se que quanto menor este percentual, melhor.

$$\text{Imobilização dos Recursos Não Correntes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

2.3 PESQUISAS RECENTES

Em referência aos estudos semelhantes, Costa e Coutinho e Silva (2013) analisaram a relevância (*value relevance*) do valor justo dos ativos biológicos, propriedades para investimento e o instrumento financeiro apurado pelas empresas não financeiras nos anos de 2010 e 2011. Posteriormente, os autores selecionaram para o estudo todas as empresas brasileiras não financeiras de capital aberto com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as quais adotaram o CPC 29 – Ativos Biológicos e CPC 28 – Propriedades para Investimento. Por meio dos resultados obtidos, foi possível concluir que o valor justo reconhecido no patrimônio líquido e no resultado alteram significativamente essas medidas contábeis.

No mesmo contexto, Martins (2012) verificou se as informações contábeis, referentes a ativos biológicos mensurados a valor justo, possuem “*value relevance*” e apresentam evidências de mensuração confiável. A população para esta pesquisa foi composta por todas as empresas listadas na BM&FBovespa e as informações são oriundas dos demonstrativos

contábeis do último trimestre de 2010, todos os trimestres de 2011 e o primeiro trimestre de 2012. Os resultados indicaram que o mercado percebe a mensuração a valor justo com certo nível de conservadorismo; porém, este mesmo conservadorismo não interfere na confiabilidade da informação. Foram, ainda, encontradas evidências de que existe relevância na mensuração dos ativos biológicos a valor justo.

Silva, Nardi e Ribeiro (2015) analisaram a existência de evidências quanto a possíveis gerenciamentos de resultados entre companhias que adotaram o valor justo com base no método do fluxo de caixa descontado. A população utilizada foi de 31 empresas listadas na BM&FBovespa, todas com ativos biológicos nos anos de 2010-2012. A pesquisa apresentou evidências de maior gerenciamento de resultados para empresas que usam fluxo de caixa descontado.

Silva et al. (2013) realizaram uma análise a partir das informações fornecidas pelas empresas de capital aberto e fechado do setor de agronegócios, com foco nos requisitos de divulgação do CPC 29. O diferencial do referido trabalho foi a análise em separado das empresas de capital aberto e fechado. A amostra foi composta por todas as companhias de capital aberto com ativos biológicos e produtos agrícolas (empresas listadas na BM&FBovespa), além de algumas empresas de capital fechado, pertencentes aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, cujos balanços foram coletados junto ao Jornal Valor Econômico e respectivos Diários Oficiais de Estado. Os autores concluíram que as empresas do setor de agronegócios, sejam de capital aberto ou fechado, atenderam parcialmente aos requisitos exigidos pelo CPC 29 e que possuem, em média, o mesmo nível de divulgação em termos CPC 29.

Já Holtz e Almeida (2013) analisaram se o conteúdo informativo dos ativos biológicos, divulgados nas demonstrações contábeis, são relevantes, além de realizarem uma análise de conteúdo das notas explicativas, verificando a conformidade das informações fornecidas pelas entidades com o CPC 29. A amostra do estudo foi composta por sociedades anônimas de capital aberto, listadas na BM&FBovespa, com dados do exercício de 2010 e 2011. Os autores encontraram evidências empíricas de que o conteúdo informativo dos ativos biológicos divulgados pelas empresas não foi relevante para a amostra. E com relação à análise do conteúdo das notas explicativas, verificou-se um cumprimento parcial da norma, havendo uma disparidade nas práticas de divulgação das informações por parte das empresas analisadas, bem como uma omissão de itens requeridos pela norma.

Almeida et al. (2011) estudaram se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurados nos anos de 2008 e 2009, período de transição, sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto que extraem e processam recursos naturais. A amostra é composta por 17 empresas de capital aberto, listadas na Bovespa e classificadas em subsetores de mineração, minerais não metálicos, petróleo e gás, papel e celulose. Os autores verificaram diferenças estatisticamente significativas entre o patrimônio líquido apurado nos anos de 2008 e 2009 sob normas distintas (BRGAAP e CPC/IFRS), sendo que os principais CPCs responsáveis por essa diferença foram CPC 33 – Benefícios de aposentadoria, CPC 15 – Combinação de Negócios, CPC 29 – Ativo Biológico e CPC 27 – Ativo Imobilizado, além dos impostos diferidos decorrentes das mudanças de práticas contábeis. Já a análise do Lucro Líquido de 2009 e do ROE em 2009 não revelou diferenças significativas entre os valores apurados sob normas distintas.

Brito e Ambrozini (2013) analisaram as consequências da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em alguns indicadores financeiros das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos. A amostra contou com 12 empresas com ativos biológicos listadas na BM&FBovespa no ano de 2009. Com os testes realizados, foi possível aos autores concluir que a adoção dos padrões internacionais de RAGC, v.4, n.12, p.128-143/2016

contabilidade no Brasil trouxe mudanças relevantes na dinâmica contábil das entidades, as quais impactaram de forma significativa os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Porém, quando esses efeitos são apurados a partir dos indicadores financeiros, na maioria dos casos, não apresentam significância.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e Silva (2006), a metodologia utilizada nesta pesquisa, segundo as fontes de informações, pode-se classificar como bibliográfica e documental. A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica e o que as diferencia é a natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica faz um estudo diretamente nas fontes científicas, tais como periódicos, livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental requer uma análise mais cuidadosa, tendo em vista que os documentos não tiveram previamente um tratamento científico. No presente estudo foi realizada a pesquisa documental.

A população para este estudo abrangeu todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA possuidoras de ativos biológicos no exercício de 2009. A amostra desta pesquisa é composta pelas empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A., ambas do segmento alimentício e proteína animal.

De acordo com os objetivos da pesquisa, ela é classificada como descritiva, tendo em vista o objetivo da descrição das características de determinada população ou fenômeno. Este tipo de pesquisa exige certo grau de responsabilidade do pesquisador para que possua validade científica. Assim, torna-se fundamental a delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que vão da orientação à coleta e interpretação de dados (SILVA, 2006).

Este estudo procurou verificar se houve variação significativa nos indicadores financeiros das empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A., calculados com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2009, publicadas em normas distintas (BRGAAP e IFRS/CPC 29). As demonstrações financeiras utilizadas nos estudos foram extraídas do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Primeiro foram calculados os índices com base nas demonstrações publicadas em BRGAAP (publicada em 2009) e, em seguida, com base nas IFRS (publicadas comparativamente no ano de 2010 como reapresentadas). Depois de calculado os indicadores, foi possível calcular a variação entre eles, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Variação} = \frac{\text{Índice IFRS} - \text{Índice BRGAAP}}{\text{Índice BRGAAP}}$$

Fonte: Adaptado de Brito e Ambrozini (2013).

4 RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados dos cálculos realizados com base no balanço patrimonial e DRE, do exercício de 2009, das empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A. Os índices calculados para este estudo foram: liquidez seca, liquidez corrente, liquidez geral, giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo, rentabilidade do patrimônio líquido, participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

4.1 ANÁLISE DAS VARIAÇÕES

Neste item, apresenta-se a tabela de resultado das variações calculadas em algumas das principais contas do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício das empresas JBS S.A e Marfrig S.A. As variações foram calculadas, utilizando as demonstrações do exercício de 2009, publicadas em BRGAAP e IFRS.

Tabela 1 - Variações calculadas das principais contas das demonstrações financeiras

Contas	JBS S.A.	Marfrig S.A
Ativo Circulante	-1,36%	-10,89%
Realizável a Longo Prazo	-37,34%	13,81%
Imobilizado + Ativo Biológico + Intangível	9,50%	33,24%
Ativo não Circulante	5,57%	30,79%
Total do Ativo	3,30%	7,01%
Passivo Circulante	-1,46%	6,93%
Passivo não Circulante	-1,54%	23,58%
Patrimônio Líquido	14,48%	-9,52%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	3,30%	7,01%
Receita Líquida	1,73%	0,08%
Lucro Líquido	70,08%	-20,12%

Fonte: Os Autores.

Pode-se verificar pela tabela que algumas contas apresentam variações significativas com a implantação das normas internacionais. É possível perceber também que, mesmo as duas empresas possuindo ativos biológicos ao adotar o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, os efeitos provocados em suas demonstrações contábeis estudadas foram diferentes em determinadas contas.

Nas duas empresas, o ativo total apresentou uma variação positiva, sendo 3,30% na empresa JBS S.A. e 7,01% na empresa Marfrig S.A. As contas que mais impactaram para esse crescimento do ativo total foram as do ativo biológico, intangível e imobilizado.

As empresas que possuem ativos biológicos e produtos agrícolas passaram a seguir o CPC 29 (2009). Tendo em vista as especificidades desta classe de ativos, foi necessária a criação de um pronunciamento específico para tratá-los. A peculiaridade relacionada a estes ativos está no gerenciamento de um animal ou planta vivos, pois são suscetíveis a variáveis como doenças, parasitas, clima e outras. As empresas utilizadas neste estudo gerenciam ativos biológicos em suas atividades; sendo assim, tiveram que se adequar ao CPC 29.

As principais alterações nas empresas JBS e Marfrig causadas pelo CPC 29 foram na contabilização dos ativos biológicos a valor justo menos as despesas de venda, provocando ajustes em seus valores e, dessa forma, contribuindo para o aumento do ativo. Houve também uma reclassificação dos ativos biológicos, separando-os do estoque que é tratado pelo CPC 16 – Estoques.

A empresa Marfrig S.A., de acordo com a deliberação da CVM 619/09, o qual aprovou o ICPC 10 – Imobilizado e propriedade para investimento, adotou o custo atribuído para seus ativos imobilizado, visando assim mensurar seus ativos a seus valores justos. Já a empresa JBS S.A. optou por manter avaliado seu ativo imobilizado a custo presumido, considerando que é amplamente comparável ao valor justo. Em ambas as empresas houve uma variação positiva na conta do ativo imobilizado, sendo de 12,96% na empresa JBS S.A. e

51,24% na empresa Marfrig S.A. O imobilizado após a aderência às normas internacionais passou a ser tratado pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado.

A variação do intangível pode ser atribuída à introdução do CPC 15 – Combinação de Negócios, em relação à mensuração, a principal alteração foi a avaliação a valor justo dos ativos identificáveis, passivos assumidos e participações de acionistas não controladores da adquirida na data da aquisição.

Tratando-se da variação do lucro líquido, na empresa Marfrig S.A. houve uma redução de -20,12% após a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. Já na empresa JBS S.A. ocorreu um aumento de 70,08% do lucro líquido e, nas duas empresas, as principais influências para este resultado foram a introdução do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, do CPC 15 – Combinação de Negócios e do CPC 27 – Ativo Imobilizado. Todos estes CPCs provocaram ajustes nas contas do balanço patrimonial e influenciaram também no resultado do exercício.

4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Tabela 2 - Análise dos Índices de Liquidez JBS S.A.

Índice	2009 / BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Liquidez Seca	1,08	1,10	2,14%
Liquidez Corrente	1,48	1,48	0,10%
Liquidez Geral	0,65	0,62	-5,20%

Fonte: Os Autores.

Nota-se que, em geral, não houve alterações significativas nos índices de liquidez da empresa JBS S.A. após sua adesão aos padrões internacionais de contabilidade. O indicador de liquidez geral foi o que sofreu a maior variação, sendo uma redução de -5,2%, causada, principalmente, por um aumento na conta passivo circulante e a redução na conta do realizável a longo prazo.

Tabela 3 - Análise dos Índices de Liquidez Marfrig Global Foods S.A.

Índice	2009 / BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Liquidez Seca	1,61	1,47	-9,08%
Liquidez Corrente	2,19	1,83	-16,67%
Liquidez Geral	0,99	0,77	-21,84%

Fonte: Os Autores.

Na empresa Marfrig S.A. é possível perceber, de modo amplo, uma piora em todos os indicadores de liquidez; porém, nos índices de liquidez corrente e geral, a variação foi mais significativa, sendo -16,67% no primeiro e -21,84% no segundo. Esta variação pode ser explicada pela redução de -11% no ativo circulante e um aumento de 7% no passivo circulante, os quais são contas utilizadas para os cálculos destes indicadores.

4.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Neste item serão apresentados os Indicadores de rentabilidade das empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A., ambos calculados com base nas demonstrações do exercício de 2009, antes e após a atualização das IFRS.

Tabela 4 - Análise dos Índices de Rentabilidade JBS S.A.

Índice	2009 / BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Giro do Ativo	0,81	0,80	-1,52%
Margem Líquida	0,38%	0,63%	67,19%
Rentabilidade do Ativo	0,30%	0,50%	64,65%
Rentabilidade do PL	1,13%	1,68%	48,73%

Fonte: Os Autores.

É possível verificar na Tabela 4 que, na empresa JBS S.A, apenas o giro do ativo teve uma variação irrelevante, ao passo que os demais índices apresentaram uma variação positiva relevante. Os índices de margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido apresentaram uma variação positiva de 67,19%, 64,65% e 48,73%, respectivamente. As alterações significativas observadas nestes indicadores estão diretamente relacionadas ao aumento de 70% do lucro líquido, apurado de acordo com a atualização das normas internacionais de contabilidade.

Tabela 5 - Análise dos Índices de Rentabilidade Marfrig Global Foods S.A.

Índice	2009 / BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Giro do Ativo	0,84	0,79	-6,48%
Margem Líquida	7,06%	5,64%	-20,19%
Rentabilidade do Ativo	5,93%	4,43%	-25,36%
Rentabilidade do PL	19,64%	17,99%	-8,40%

Fonte: Os Autores.

Por outro lado, na empresa Marfrig S.A, a variação foi negativa em todos os indicadores de rentabilidade calculados. Em tempo, dois destes indicadores apresentam uma variação menos significativa, sendo giro do ativo -6,48% e rentabilidade do patrimônio líquido -8,40%. Já os indicadores de margem líquida e rentabilidade do ativo variaram de forma negativa em -20,19% e -25,36%, respectivamente. Na empresa Marfrig S.A., ao contrário do ocorreu na empresa JBS S.A., houve uma queda de -20 % do lucro líquido ao aderir às normas internacionais, contribuindo, dessa maneira, para a redução dos índices de rentabilidade, uma vez que estes são calculados com base no lucro líquido e fortemente influenciados por ele.

4.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Neste item, apresentar-se-ão os resultados dos cálculos de indicadores de estrutura de capital das empresas estudadas JBS S.A. e Marfrig S.A.

Tabela 6 - Análise dos Índices de Estrutura de Capital JBS S.A.

Índice	2009 / BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Participação C.T.	150,17%	129,19%	-13,97%
Coposição do Endividamento	37,59%	37,61%	0,06%
Imobilização do PL	156,32%	149,53%	-4,35%
Imobilização dos RNC	80,70%	82,80%	2,60%

Fonte: Os Autores.

Em relação aos índices de estrutura de capital da empresa JBS S.A., a maior variação pode ser observada na participação de capitais de terceiros, variando negativamente -13,97%. Os demais índices calculados tiveram variação pouco significativa ou até mesmo irrelevante, RAGC, v.4, n.12, p.128-143/2016

como é o caso da composição do endividamento. Com a introdução das normas internacionais, houve um aumento na conta do patrimônio líquido, além de uma redução do passivo, causando assim uma redução do indicador da participação de capital de terceiros, uma vez que este índice é calculado, por meio da divisão do capital de terceiros pelo patrimônio líquido.

Tabela 7 - Análise dos Índices de Estrutura de Capital Marfrig S.A.

Índice	2009/BRGAAP	2009 / IFRS	Variação %
Participação Capital de Terceiros	173,36%	223,69%	29,03%
Composição do Endividamento	41,04%	37,59%	-8,41%
Imobilização do PL	102,71%	151,25%	47,26%
Imobilização dos RNC	50,79%	63,13%	24,28%

Fonte: Os Autores.

Ao contrário do que foi observado na empresa JBS S.A., na empresa Marfrig S.A. pode-se dizer que praticamente todos os índices calculados mostraram variação relevante, sendo o índice de composição do endividamento o único a apresentar variação negativa de -8,41%. Os demais indicadores - participação de capitais de terceiros, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes - variaram, de forma positiva, em 29,03%, 47,26% e 24,28%, respectivamente.

Estes resultados dos índices podem ser relacionados às variações nas demonstrações financeiras provocadas pela atualização de acordo com a IFRS. Desse modo, foi possível verificar um aumento no passivo circulante e não circulante e diminuição do patrimônio líquido, sendo que todas estas contas influenciam diretamente no resultado destes índices.

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na empresa JBS, os índices de rentabilidade foram os que variaram de forma mais expressiva, com exceção do índice giro do ativo, o qual praticamente não se alterou. Os demais índices, como margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do PL, variaram 67,19%, 64,65% e 48,73% respectivamente e foram as mais altas variações de índices observadas no estudo. É possível notar ainda que, em relação aos indicadores de liquidez e estrutura de capital, com exceção do índice de participação do capital de terceiros, o qual variou -13,97%, os demais não apresentaram variação superior a 5,2%, ou seja, pouco se alteram.

Na empresa Marfrig, o indicador que sofreu variação mais significativa, sendo esta de 47,26%, foi a imobilização do patrimônio líquido. Em relação a outras variações relevantes, as quais ficaram entre 15% a 30%, obtiveram-se os índices de liquidez corrente, liquidez geral, margem líquida, rentabilidade do ativo, participação do capital de terceiros e imobilização dos recursos não correntes. Já em relação a variações menos relevantes - entre 6% a 10% - temos os índices de liquidez seca, giro do ativo, rentabilidade do PL e composição do endividamento.

Na empresa Marfrig, é possível verificar que os indicadores sofreram variações relevantes na maioria dos índices calculados, enquanto que na empresa JBS, o indicador de rentabilidade foi o que mais apresentou alterações importantes, ao passo que os demais índices sofreram variações de pouca relevância.

Comparando este estudo com a pesquisa realizada por Brito e Ambrozini (2013), cujo objetivo era semelhante, o de verificar os impactos causados pela adoção das normas

internacionais nos indicadores financeiros de empresas listadas na BM&FBOVESPA com ativos biológicos, sendo que para isso utilizaram as demonstrações de 2009, publicadas antes e depois da aderência às normas internacionais para os cálculos das variações, assim como no presente trabalho, foram constatadas variações significativas nos indicadores calculados, além de variações em algumas das principais contas das demonstrações financeiras, como por exemplo, lucro líquido e patrimônio líquido. Os autores ainda puderam observar que, apesar das variações percentuais significantes dos indicadores no geral, ao aplicarem testes estatísticos na maioria dos indicadores, não foram encontradas significâncias.

Na pesquisa de Barros et al. (2012), analisou-se o impacto da mensuração dos ativos biológicos a valor justo das empresas listadas na BM&FBOVESPA, nos exercícios de 2008 a 2010 e, assim como neste trabalho, os autores também puderam concluir que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto na evidenciação contábil das empresas pesquisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em verificar se houve variações significativas nos indicadores financeiros das empresas JBS S.A e Marfrig Global Foods S.A., calculados com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2009, apuradas em normas diferentes (Legislação Societária ou BRGAAP e IFRS).

Os resultados encontrados demonstram que existe uma variação significativa em muitos dos indicadores calculados, além dessa variação também ocorrer em algumas contas do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Comparando os dados levantados das duas empresas, é possível perceber que, no geral, a empresa Marfrig apresentou, tanto nas demonstrações financeiras, quanto nos indicadores financeiros, um volume de variações mais relevante do que a JBS S.A. Com isso, pôde-se verificar que a adoção das normas internacionais não provocou nas duas empresas a mesma variação, ou seja, não existe um padrão das variações causadas pela introdução das IFRS.

Com a implementação do CPC 29 - Ativo Biológico e Produtos Agrícolas, as empresas passaram a mensurar seus ativos biológicos a valor justo, causando impactos relevantes nos indicadores financeiros e nas demonstrações financeiras. O CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 15 – Combinação de Negócios, também contribuíram de forma significativa para as variações dos indicadores.

Os resultados desta pesquisa devem ser analisados considerando-se algumas limitações, sendo elas: (i) pequena amostra analisada, apenas duas companhias e (ii) influência de outros pronunciamentos nos indicadores, conforme destacado na análise.

É válido lembrar que se incentivem outras pesquisas com o objetivo de aprofundar a análise dos impactos causados pela adoção do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola em outras amostras, e que englobem um número maior de empresas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sidimar Roberto Vieira; COSTA, Thiago Abreu; COUTINHO E SILVA, Adolfo Henrique; LAURENCEL Luiz da Costa. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 137-156, set./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1284/1200>>. Acesso: 24 jan. 2016.

BARROS, Célio da Costa; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; ARAÚJO, Aneide Oliveira; SILVA, José Dionísio Gomes da; SILVA, Mauricio Corrêa da. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 41-59, set/dez, 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1424/1294>>. Acesso: 18 fev. 2016.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços**: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

BRITO, Suzana Schneider; AMBROZINI, Marcelo Augusto. Impactos da implementação das normas internacionais de contabilidade sobre indicadores financeiros: um estudo das empresas brasileiras com ativos biológicos. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p.78-102, jul./set. 2013. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1943/pdf_58>. Acesso: 24 Jan. 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso: 05 Fev. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico. Produto Agrícola**. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2003.pdf> Acesso: 22 jan. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo**. 2012. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2006.pdf>. Acesso: 25 Jan. 2016.

COSTA, Thiago de Abreu; COUTINHO E SILVA, Adolfo Henrique. Adoção do valor justo: um estudo sobre a relevância do valor justo dos ativos biológicos e propriedades para investimento nas empresas não financeiras de capital aberto no Brasil nos anos de 2010 e 2011. In: Congresso ANPCONT, VII, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPCONT, 2013 p. 1-17. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/vii/images/cue%2026bfc3.pdf?20150429112300>>. Acesso: 24 jan. 2016.

HOLTZ, Luciana; ALMEIDA, José Elias Feres de. Estudo sobre a Relevância e a Divulgação dos Ativos Biológicos das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, mai/ago, 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/1872/1730>>. Acesso: 21 jan. 2016.

IFRS FOUNDATION. **IAS 41 Agricultura**. Sumário Técnico. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS41.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanço**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FILHO, M. L.; NOGUEIRA, D. R.

MARTINS, Vinicius Gomes. **Relevância e confiabilidade na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBOVESPA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SAVYTZKY, Taras. **Análise de balanços**: método prático. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes; FIGUEIRA, Lais Manfiolli; PEREIRA, Lucas Tadeu de Oliveira; RIBEIRO, Maisa de Souza. Uma análise dos requisitos de divulgação entre empresa de capital aberto e fechado do setor de agronegócios. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/1643/1464>>. Acesso: 21 jan. 2016.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; RIBEIRO, Maísa de Souza. Gerenciamento de Resultados e Valorização dos Ativos Biológicos. **Brazilian Business Review**, v. 12, n. 4, p. 1-27, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/36771/gerenciamento-de-resultados-e-valorizacao-dos-ativos-biologicos-/i/pt-br>>. Acesso: 24 jan. 2016.